

Siderúrgicas querem 32%

“É absolutamente imprescindível que o setor de aços não planos pratique, por extensão, o reajuste de 32% autorizado para os aços planos comuns no último dia 12 de junho”. Essa foi a principal reivindicação feita, ontem, pela Associação das Siderúrgicas Privadas (ASP) ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Para o presidente da ASP, Jorge Gerdau, o setor privado (de não planos) está inconformado em que o governo tenha autorizado um aumento para o setor estatal e deixado as empresas privadas sem reajuste. Estava previsto para o setor um aumento para o último dia 16 de junho, mas com a decretação do novo plano, ocorrida no dia 12, o setor privado de aço ficou sem nenhum aumento. Com isso, as siderúrgicas operam hoje com uma defasagem de 32%.

Na opinião do presidente do Grupo Villares, Paulo Villares, delinea-se no setor um quadro de crises muito intensas. Dessa forma, o presidente da Villares não descarta a possibilidade de demissão no setor produtor de aços especiais.

Na audiência com o ministro da Fazenda, a ASP enfatizou a necessidade do reajuste “por extensão” de 32%, concedido para as siderúrgicas vinculadas à Siderbrás. O setor de não planos solicitou também a Bresser na área de exportação, o restabelecimento sob a forma de crédito-prêmio, em caráter setorial, da devolução de tributos comprovadamente incidentes sobre os produtos manufaturados nacionais. Estudos da ASP demonstram que a carga tributária que incide de forma direta ou indireta sobre as matérias-primas empregadas no processo produtivo e na formação do preço de venda dos produtos siderúrgicos exportados atinge 12,15%. E essa distorção era compensada pelo crédito-prêmio do IPI, extinto em 1985.